

“Acolher, proteger, promover e integrar”: desafios do Serviço Pastoral dos Migrantes de Manaus em tempos de pandemia

*Iana dos Santos Vasconcelos**
*Rosana Nascimento***

1 INTRODUÇÃO

O termo acolhida/acolhimento é amplamente citado e abordado nas iniciativas de recepção de migrantes venezuelanos/as em Manaus, assumindo distintas conotações. Para fiéis católicos/as engajados/as em ações de recepção de migrantes venezuelanos/as, o significado de “acolhida” é a primeira atenção à pessoa que chega. De acordo com Sidney Silva (2017, p. 41), o termo se desenvolve na tradição religiosa judaico-cristã em contraponto à ideia de estrangeiro. Na lógica cristã, se todos são filhos de um mesmo Deus e compartilham uma mesma Terra criada pela divindade, logo, ninguém deveria ser tratado como um estranho em outras terras. Entidades católicas, no século XIX, foram pioneiras nos serviços de acolhimento aos imigrantes e este artigo apresenta as realizações contemporâneas de um coletivo cristão organizado, o Serviço Pastoral do Migrante de Manaus (SPM-M), em uma posição de mediador entre os/as recém-chegados/as e seu novo habitat.

Em 2018, por ocasião de sua mensagem pelo Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, o Papa Francisco orientou os/as cristãos e cristãs católicos/as, fundamentado pelo evangelho, a se identificarem com os/as migrantes como uma oportunidade de encontrar o próprio Jesus Cristo¹. Para responder de forma concreta a este chamado, o pontífice propôs fazê-lo de forma comum por meio de quatro eixos norteadores: Acolher, Proteger, Promover e Integrar. *Acolher* significa oferecer a migrantes e refugiados possibilidades mais amplas

* *Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos/SP, Brasil. Bolsista FAPESP proc. nº 2016/ 14055-0. Atualmente, pesquisadora do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar), Grupo de Estudos Interdisciplinar Sobre Fronteiras (GEIFRON/UFRR) e Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA/UFAM).*

** *Vice-coordenadora do Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Manaus e articuladora local no Regional Norte 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB.*

de entrada segura e legal nos países de destino. *Proteger* refere-se a uma ampla série de ações em defesa dos direitos e da dignidade dos migrantes e refugiados, independentemente da sua situação migratória. *Promover* significa empenhar-se para que todos os/as migrantes e refugiados/as, bem como as comunidades que os acolhem, tenham condições de se realizarem como pessoas em todas as dimensões que compõem a humanidade. *Integrar* diz respeito às oportunidades de enriquecimento intercultural geradas pela presença de migrantes e refugiados/as. As mensagens escritas pelo Papa trazem, no entendimento católico, propostas de uma nova “ação evangelizadora” para toda a Igreja, isto é, apontam os caminhos a serem seguidos pelo coletivo global de cristãos e cristãs católicos/as, oferecendo os eixos norteadores de uma atitude sensível à causa migratória em escala planetária.

O texto é o resultado da parceria entre uma antropóloga em pesquisa de campo e uma psicóloga que atua há quase uma década no SPM-M. Ambas assumiram o desafio de sistematizar e problematizar os dilemas apresentados à Pastoral em função do agravamento das vulnerabilidades dos/as migrantes venezuelanos/as com a chegada do novo coronavírus (SARS-Cov-2) a Manaus e as consequentes medidas sanitárias de enfrentamento à pandemia. Essa experimentação desestabiliza a posição tradicionalmente privilegiada do/a antropólogo/a, enquanto responsável unilateral pela fabricação de versões sobre as narrativas do outro (CARVALHO, 2002).

A responsabilidade pela construção do texto foi compartilhada entre o olhar distanciado e controlado metodologicamente da antropóloga e a experiência em primeira mão de uma ex-coordenadora da Pastoral. Não há um lugar fixo, distinto, entre aquela que escreve e a outra sobre quem se escreve. Escrevemos juntas, e, por isso, o uso do pronome “nós” para enfatizar o caráter compósito desse exercício intelectual. A antropóloga abre mão de sua autoridade etnográfica, seu poder sobre a representação do outro, em prol de uma narrativa híbrida, na qual a segunda autora desliza em uma condição fluida, ora se apresentando como artífice da produção textual, ora se oferecendo enquanto interlocutora “nativa”.

Os dados apresentados sobre o processo de migração venezuelana e da atuação do SPM-M são oriundos da pesquisa de campo intermitente realizada desde agosto/2017 a maio/2020 em Manaus, bem como do conhecimento acumulado na atuação profissional de quase dez anos na Instituição. Já os dados sobre o contexto da pandemia são fruto de informações compartilhadas com os/as migrantes e da observação participante durante os atendimentos na instituição, no período de março a junho de 2020.

O artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro momento, apresentamos um panorama do processo migratório venezuelano para Manaus. Assinalamos motivações do deslocamento e trajetórias até a metrópole amazônica. Argumentamos como o movimento espontâneo dos/as migrantes e iniciativas institucionais de “interiorização” foram responsáveis pelo aumento

da chegada venezuelana na cidade e que as expectativas de inserção laboral e acesso a melhores condições de vida não foram plenamente satisfeitas na capital do Amazonas.

Na segunda seção, descrevemos o histórico de atuação do SPM-M, evidenciando o trabalho de vinte e oito anos em Manaus, até a atualidade da recepção aos/às venezuelanos/as. A entidade foi pioneira no acolhimento de migrantes no estado, ganhando *expertise* no tema das migrações a cada novo processo migratório atravessando a região amazônica, cada qual apresentando realidades distintas e constante renovação de desafios. Contudo, a instituição e as pessoas envolvidas nunca haviam se deparado com uma situação de pandemia.

Na terceira seção, refletimos sobre os impactos desse contexto pandêmico no cotidiano de venezuelanos/as e as respostas oferecidas pela Pastoral do Migrante na capital do Amazonas. Nesta parte, apresentamos como as medidas de distanciamento social acentuaram vulnerabilidades já existentes tais como: dificuldades de acesso a condições dignas de trabalho, habitação, segurança alimentar, educação e saúde, bem como mostramos o impacto dessas dificuldades no trabalho desenvolvido pelo SPM-M.

Por fim, realizamos um balanço dos avanços e limitações das práticas de acolhimento institucional de caráter confessional, tais como as promovidas pela Igreja Católica por meio das Pastorais do Migrante. O espalhamento da Covid-19 é ilustrativo de como o descomprometimento governamental em relação às políticas migratórias agudiza as condições de vulnerabilidade das populações migrantes e, conseqüentemente, abre espaço para o assistencialismo e filantropia de organizações não governamentais, entre elas as instituições vinculadas à Igreja Católica.

2 “EL SUR TAMBIÉN ES EL NORTE Y MANAUS ES SOLO UN PASO”: DESLOCAMENTO VENEZUELANO PARA A CIDADE DE MANAUS

Desde a década de 1980, a Venezuela vem apresentando uma tendência de aumento das suas emigrações. Tal processo emigratório vem se acentuando a partir da década de 2000. Uma instabilidade política de longo prazo estimulou a fuga de profissionais altamente qualificados, mesmo nos períodos de prosperidade garantidos pelos altos preços do petróleo (FREITEZ, 2011; VAZQUEZ, 2012). Os sociólogos venezuelanos Thomas Paez e Leonardo Vivas (2017) argumentam que, a partir de 2015, o padrão migratório venezuelano vem se modificando. Anteriormente, havia um fluxo de empresários e profissionais altamente qualificados para Europa, América do Norte e países latino-americanos como Chile e Argentina. Com a instabilidade política unida à crise econômica, somam-se a estes as classes populares e povos indígenas que se deslocam por meio terrestre para as regiões de fronteira.

A venezuelana e voluntária da Pastoral do Migrante em Manaus, a senhora Crisco, nos ofereceu a metáfora *“el sur también es el norte”* fazendo uma alusão à fronteira sul da Venezuela, localizada na região norte do Brasil, delimitada entre os municípios de Gran Sabana, pela sua capital Santa Elena de Uairén, localizada no estado de Bolívar (VE) e Pacaraima, no estado de Roraima (BR). Apesar de o Brasil não ser o destino preferencial² dos/as migrantes venezuelanos/as, o percurso terrestre, por meio da fronteira Brasil/Venezuela, tornou-se viável na etapa atual do deslocamento venezuelano, intitulado por Paez e Vivas (2017) como a *“migração do desespero”*, iniciada na primeira metade de 2015. De acordo com esses autores, a fuga da Venezuela é uma alternativa para contornar as mazelas causadas pela acentuação da crise humanitária, marcada pela falta de comida e medicamentos, altos índices de inflação, militarização e corrupção das instituições públicas, violência e repressão política. Esses migrantes, segundo Paez e Vivas (2017) e Subero (2017), compõem a parcela mais pobre, e com menores índices de educação, em relação a outras camadas da sociedade venezuelana que emigraram anteriormente. Com poucos recursos, viajam sem qualquer garantia de segurança pessoal, estabilidade financeira ou recepção nos países de destino.

Nessas circunstâncias de entrada no Brasil, a cidade de Boa Vista/ RR, localizada a 230 km da fronteira, tornou-se parada obrigatória. A permanência na capital de Roraima permite que os/as migrantes, em curtos períodos de tempo, realizem deslocamentos até a Venezuela para visitar parentes e/ou encaminharem remessas. Levam dinheiro e, sobretudo, comida. As remessas internacionais representam importante aspecto da manutenção familiar, tanto no que diz respeito à subsistência, quanto ao fortalecimento dos vínculos afetivos à distância (LEVITT, 2001).

Em sua jornada de interiorização espontânea para cidades mais ao sul do Brasil, Manaus se destaca como o principal núcleo urbano acessível por via terrestre desde a fronteira. Uma passagem obrigatória para quem desejava chegar até São Paulo, Buenos Aires ou Santiago do Chile. A distância de quase 800 km desde Boa Vista e o custo do transporte retardaram, mas não intimidaram os/as intrépidos/as migrantes (há relatos de famílias que fizeram o percurso a pé) para chegar até Manaus. Desde o final de 2016, os indígenas Warao já chamavam atenção das autoridades e da sociedade manauara, ocupando os arredores da rodoviária e pedindo dinheiro em esquinas movimentadas. Entre 2016 e 2018, os não indígenas praticamente estiveram invisíveis desde o ponto de vista das autoridades e da imprensa local. Apesar de, no final de outubro de 2017, o Serviço Pastoral do Migrante de Manaus (SPM-M) já apontar para a necessidade de políticas para atender à demanda venezuelana.

No que diz respeito às políticas de acolhimento, os primeiros esforços das ações governamentais iniciais estiveram voltados para atender as famílias indígenas. Em 2018, dois episódios marcam a mudança de foco, tornando os/as venezuelanos/as não indígenas mais *“visíveis”*: (I) o programa de interiorização do

governo federal³ que enviou algumas centenas de pessoas para serem abrigadas em Manaus no primeiro semestre de 2018 e (II) a interiorização espontânea de milhares de pessoas que vieram a ocupar os arredores da rodoviária, como fizeram os indígenas num primeiro momento.

As relações dos/as venezuelanos/as com a cidade de Manaus são marcadas, de forma generalizada, por uma maior expectativa em relação às oportunidades de emprego. Isto porque Manaus figura como o mais rico polo industrial da Região Norte do Brasil (FERREIRA, BOTELHO, 2014). A esperança de conseguir emprego na capital amazonense, contudo, não se concretizou para todos com facilidade, mas demonstrou uma realidade distinta que revela as próprias peculiaridades econômicas locais. O Polo Industrial de Manaus (PIM) é predominantemente composto por indústrias de alto potencial tecnológico, tendo como principais empregadores os setores de motocicletas e eletroeletrônicos. Apenas uma pequena parcela do capital industrial é investida em mão de obra. Os cargos estratégicos e de maior qualificação representam um percentual mínimo e, em geral, encontram-se ocupados por trabalhadores/as qualificados/as oriundos/as de estados do Sudeste e Sul do Brasil e/ou países europeus e asiáticos (FERREIRA, BOTELHO, 2014, p.147-148).

O histórico de atuação do SPM-M, na busca de meios de vida para promoção de migrantes por meio de vagas de emprego e geração de renda, vem demonstrando que ainda não houve uma adesão das indústrias da Zona Franca de Manaus (ZFM) em absorver a mão de obra migrante, mesmo quando havia contextos mais favoráveis economicamente. Em 2011, com a crescente chegada haitiana, os poucos absorvidos pelo PIM foram contratados por empresas terceirizadas por meio de vínculos trabalhistas precários. A grande maioria da mão de obra haitiana recrutada em Manaus foi trabalhar em outros estados do Brasil, por iniciativas de empresários das regiões Sul e Sudeste do país.

As trajetórias migratórias venezuelanas para Manaus revelam distintas etapas da migração. No primeiro momento, a mobilidade de profissionais altamente qualificados, embora com poucos recursos, que tinham alguma reserva financeira para manter-se no Brasil. O segundo é marcado por aqueles/as que se aventuram em terras estrangeiras tendo como principal perspectiva saciar a fome de sua prole e fugir de “*la dieta de Maduro*”. O dinheiro que “no les alcanzaba” para comprar comida para suas famílias na Venezuela também não permitia financiar a viagem ao Brasil. O deslocamento para Manaus foi financiado por ações governamentais e não governamentais de interiorização. Alijada de qualquer garantia e recursos financeiros, parte significativa desses/as migrantes passou a viver nas ruas, em abrigos governamentais, ocupações espontâneas e estruturas de abrigo governamentais em regime de pernoite.

As distintas trajetórias evidenciam ainda a perpetuação dos desafios e obstáculos para materialização da sobrevivência e adaptação na metrópole amazônica. A inconsistência de *status* do profissional é uma delas. O não reconhecimento dos diplomas técnicos e/ou universitários dos/as venezuelanos/

as causa frustrações naquelas pessoas que chegam a Manaus com a esperança de conseguir uma colocação no mercado de trabalho, seja no setor de serviços ou na indústria. Tal inconsistência, apontada por Cavalcanti como situação comum enfrentada por trabalhadores/as migrantes no Brasil (CAVALCANTI *et al.* 2014), provoca um necessário retorno aos bancos da escola ao mesmo tempo em que se tenta superar todos os trâmites burocráticos erigidos como barreira aos/às profissionais estrangeiros/as no país.

Não fossem suficientes as dificuldades com a mobilidade urbana e a documentação, persistem casos de empresários/as que, sem nenhuma outra boa razão, negam emprego aos/às venezuelanos/as pelo simples fato de serem venezuelanos/as, aspecto também observado em outras cidades da América Latina por Ramírez *et al.* (2019). Ainda em 2019, migrantes venezuelanos/as enfrentavam muitos obstáculos de acesso ao trabalho em Manaus, inclusive com o não reconhecimento, por parte do empresariado amazonense, do protocolo de refúgio enquanto um documento. As grandes distâncias enfrentadas na cidade, adicionadas a uma persistente desinformação sobre procedimentos burocráticos e a percepção dos/as venezuelanos/as de uma considerável dose de xenofobia por parte dos/as empresários/as, tornam a vida em Manaus ainda mais difícil. Assim, tanto os/as venezuelanos/as com alto grau de formação, quanto os/as com baixa qualificação profissional, na etapa atual do processo migratório, foram encurralados/as em atividades de geração de renda informais e em condições precárias de trabalho que, vistas como provisórias, vão-se tornando permanentes (SAYAD,1998). Frente às dificuldades de materialização da própria existência e perpetuação de provisoriedade permanente de venezuelanos/as em Manaus, a pandemia de COVID-19 aprofundou e tornou ainda mais evidente o contexto de desigualdade.

3 O SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE NA CIDADE DE MANAUS

Embora a igreja cristã, especialmente a Católica Apostólica Romana, tenha uma longa tradição no exercício da caridade e da hospitalidade, que data do século XII, por meio de ordens hospitalares, asilos para pobres, entre outros, foi após o Renascimento, com o surgimento das teorias de Lutero e o protestantismo, que se observam, simultaneamente, a secularização e a centralização no nível político das obras de assistência social. No século XVIII, as obras das sociedades filantrópicas substituem as da Igreja. A “assistência social não é mais realizada em nome de Deus, mas em nome dos direitos humanos” (GODI, 2011, p.612-613).

As Igrejas cristãs, a partir de 1930, entram no período denominado por Ronaldo Rosa (2007) como “neocristandade”. Abandonam a noção de cristandade concebida pela relação entre a Igreja e a sociedade civil mediada fundamentalmente pelo Estado. O período da neocristandade é marcado pela

constituição de “organizações temporais cristãs” tais como partidos políticos denominados cristãos, institutos para formação de trabalhadores e camponeses, entre outros. As preocupações voltam-se para as “massas”. As Igrejas cristãs assumem o papel de mediadoras da relação entre sociedade e Estado. A vida cristã se relaciona ao exercício de um determinado tipo de cidadania. A religião, antes relegada ao âmbito privado, passa a se preocupar com a vida cotidiana das pessoas. Ao assumir o domínio público, atua principalmente em locais de vulnerabilidade onde há pouca ou nenhuma intervenção civil (ROSA, 2007, p.80-85).

De acordo com Vanilda Paiva (1985), a atuação da Igreja Católica em espaços coletivos e comunitários se intensificou após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, conforme Leilah Landim (1993), os reflexos dessas transformações da Igreja Católica, associadas às mudanças conjunturais do país com a emergência de movimentos sociais e sindicais desvinculados do Estado e o declínio da ditadura militar, promoveram, em meados da década de 1970, a formação de um conjunto de Organizações Não Governamentais (ONGs) vinculadas à Igreja. Essas organizações se constituíram em meio ao movimento de oposição a um regime ditatorial (LANDIM, 1993, p.102). No final da década de 1970 e início da década de 1980, essas entidades civis sem fins lucrativos se especializaram e vêm atuando na esfera pública com incidência política relacionada a “questões sociais, no Brasil, onde circulam valores variados como a caridade, o altruísmo, a militância” (Idem, p.9).

Há 28 anos, as irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas chegaram a Manaus com objetivo de iniciar as atividades da Pastoral do Migrante. Naquela época, o trabalho se iniciou na periferia da cidade acompanhando a população que vinha do interior do estado para a capital, acolhendo principalmente migrantes internos. Os agentes da pastoral, nesse período, acompanhavam algumas ocupações que aconteciam em Manaus, como Monte Sinai e Florestal, oferecendo aulas de reforço, cursos supletivos da educação fundamental e ensino médio e curso pré-vestibular para os que pretendiam ingressar na universidade. Também eram oferecidos cursinhos populares de idiomas.

Com a intensificação dos conflitos na região da Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru, as estratégias da Pastoral precisaram ser reelaboradas para que fosse possível acolher, de maneira digna, essa nova realidade que se apresentava, incluindo conhecer os critérios dos tratados internacionais dos quais o Brasil era signatário. Muitos colombianos/as e peruanos/as foram acompanhado/as pela instituição, inclusive em seus processos de solicitação de refúgio junto ao governo brasileiro.

O Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Manaus foi pioneiro no apoio aos/as imigrantes e refugiados/as no quesito documentação e acolhida, pois, desde 1992, oferece esse espaço para realização de orientação, informação,

formação e abrigamento, inclusive foi a instituição que criou o primeiro abrigo para imigrantes da cidade de Manaus, no bairro Monte das Oliveiras e, hoje, totalmente reformado e adaptado, tem capacidade para acolher 25 pessoas.

No ano de 2008, chegaram os Padres Missionários de São Carlos Borromeo Scalabrinianos que vieram para ajudar nas atividades da Pastoral do Migrante. Com eles, iniciaram-se as celebrações em espanhol, inglês e francês e a festa cultural dos migrantes ganhou endereço fixo: Paróquia São Geraldo.

Em 2010, com o terremoto que abalou o Haiti, muitos/as haitianos/as vieram para o Brasil em busca de melhor qualidade de vida. As principais portas de entrada no Brasil eram as cidades de Tabatinga, no Amazonas, e Brasiléia, no Acre. O caminho até Manaus era difícil e perigoso fazendo com que muitos chegassem bastante debilitados/as e exaustos/as da viagem.

O SPM-M estima que mais de 20.000 haitianos passaram por Manaus entre homens, mulheres e crianças e destes, aproximadamente, 3.500 fixaram residência em Manaus. Muitos foram para as regiões Sul e Sudeste do país. A experiência do acolhimento com o intenso fluxo migratório haitiano foi utilizada como referência na elaboração do texto que deu origem à nova Lei de Migração, Lei nº13445/2017, que substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. Essa nova Lei define os direitos e deveres do migrante e do visitante no Brasil e também estabelece normas de proteção ao/à brasileiro/a no exterior, entre outras coisas, a partir da ótica dos direitos humanos.

A Pastoral do Migrante, neste período, abriu várias frentes de trabalho e, com base no princípio do amor ao próximo, mobilizou muitos/as voluntários/as. Foi possível estabelecer parcerias com muitas instituições que favoreciam o ensino da língua portuguesa, cursos de qualificação profissional e geração de renda, além de ajuda com doação de cestas básicas, colchões, utensílios domésticos, botijas de gás etc. Celebrações eram realizadas nos canteiros das obras da Copa (Ponte Rio Negro e Arena da Amazônia) onde muitos migrantes trabalhavam, inclusive muitos brasileiros de outras regiões.

Como resposta a essa realidade que se apresentava, a Arquidiocese de Manaus, por ocasião da IX Assembleia Pastoral Arquidiocesana (APA), estabelece como uma de suas prioridades a acolhida dos migrantes e indígenas. A partir deste desafio, inicia-se um trabalho sistemático da Pastoral do Migrante junto às paróquias, comunidades e áreas missionárias com objetivo de sensibilizar nosso povo para a realidade dos migrantes em Manaus. Trabalho este difícil, dadas a diversidade, complexidade e dimensão geográfica da cidade.

Como formiguinhas seguimos sem parar, pois, acreditamos no que a *Evangelii Gaudium* (178, 188) nos pede, que não existe confissão de fé sem compromisso social e que precisamos nos envolver tanto na cooperação para resolver as questões estruturais da pobreza quanto nos gestos simples e diários de solidariedade para com as misérias

muito concretas que encontramos (R.N, vice-coordenadora do Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Manaus e articuladora local no Regional Norte 1 da CNBB, Manaus).

No final de 2015, início de 2016, o fluxo migratório haitiano estava menos intenso, contudo inicia-se o venezuelano. A conjuntura econômica nesse momento já não era mais a mesma. As vagas de emprego que absorveram os/as trabalhadores/as haitianos/as já não estavam mais disponíveis em 2016.

A Igreja Católica no Brasil, por meio da Pastoral do Migrante e da Caritas, tem respondido a este fenômeno com várias ações tanto em Roraima quanto no Amazonas e em outras regiões, criando projetos voltados para a integração, a acolhida, a proteção e a promoção dessas pessoas. O tema da justiça social com foco nas migrações é especialmente abordado pelo pontífice Francisco⁴, liderança que convoca o engajamento dos/as fiéis.

A Arquidiocese de Manaus, na X APA, propôs a ampliação da equipe da Pastoral do Migrante, nos diversos setores e regiões episcopais, como forma de possibilitar uma rede mais forte, abrangente e colaborativa. Deste modo, estão tecendo uma rede de colaboradores, recebendo, em todas as épocas, o apoio de muitas pessoas e instituições que se alinham no combate a uma percebida “cultura da indiferença” em relação às vidas precárias dos migrantes (BUTLER, 2011) e trabalham sob os ideais de “partilha” e “comunhão” entre as pessoas.

De acordo com a coordenação do Serviço Pastoral do Migrante, a entidade, orientada pelos preceitos do Papa Francisco, trabalha em quatro frentes com os migrantes: acolher, proteger, promover e integrar. Para cada um desses princípios e/ou frentes, existe uma linha de atuação. Na parte da acolhida e proteção, ofertam espaços de abrigamento e orientação para acesso à documentação. Da integração, com a oferta de aulas de português, fomento ao empreendedorismo e cursos de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, formal ou informal. Na parte da promoção, incentivam a participação nos eventos, como: fórum, seminário, mobilizações sociais como “Grito dos Excluídos”, entre outros, na perspectiva de dar visibilidade a iniciativas com e para os/as migrantes.

No final de outubro de 2017, a Pastoral dos Migrantes, em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU/AM) e o ACNUR, promoveu evento para oferecer orientações gerais sobre documentação no Brasil bem como para preenchimento do complexo formulário de solicitação de refúgio. Na ocasião, a sala de aulas, localizada na Paróquia São Geraldo, zona centro-sul de Manaus, ficou lotada de venezuelanos/as cheios/as de dúvidas e ansiedades sobre a estadia no Brasil. Até aquele momento, nenhuma iniciativa parecida fora realizada em Boa Vista, apesar do quantitativo expressivo de venezuelanos/as que chegavam diariamente em Roraima.

Em 25 de novembro de 2017, na quadra da mesma Paróquia, foi promovida a “Festa Cultural e Convivência entre os Warao⁵”, uma tentativa de aproximar a comunidade indígena venezuelana Warao da comunidade de fiéis da Igreja. Os Warao aproveitaram a oportunidade para comercializar seus artesanatos, além de apresentar suas danças e cantorias tradicionais ao público presente.

A Pastoral dos Migrantes, em parceria com a Caritas Arquidiocesana de Manaus, realiza anualmente eventos para celebrar a “Semana Nacional do Migrante e Refugiado” ou simplesmente “Semana do Migrante”. Em 2018, no período de 12 a 24 de junho, foram realizadas missas, debates, roda de conversas, apresentação de filmes e uma “Festa Cultural”, também na quadra da Paróquia São Geraldo. Na missa de encerramento das celebrações da “Semana do Migrante”, notou-se o esforço da comunidade católica em oferecer missas com cânticos e leituras em espanhol visando agregar os recém-chegados. No coral da Igreja participaram não somente venezuelanos/as, mas também haitianos/as já integrados/as à comunidade local. Um momento marcante foi a entrada de imigrantes com as bandeiras de seus países, celebrando ali um ideal de comunhão e fraternidade internacional.

A Pastoral dos Migrantes recebe diariamente dezenas de pessoas em suas instalações no centro da cidade, no subsolo da Igreja N. S. dos Remédios e no escritório localizado ao lado da Paróquia São Geraldo. Ali são oferecidos cursos de língua portuguesa bem como realizados cadastros profissionais e escutas por assistentes sociais e psicólogos/as. Uma vez instalados/as na cidade, migrantes auxiliados/as pelo SPM-M passam a trabalhar como voluntários/as fazendo traduções para seus conterrâneos.

4 COVID-19 E OS DESAFIOS AO ACOLHIMENTO, PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES VENEZUELANOS/AS NA CIDADE DE MANAUS

Com a confirmação dos primeiros casos de COVID-19 em março/2020, as condições de circulação pela cidade, estadia nos locais de abrigo/pernoite e doações de alimento, sofreram agudas transformações. Manaus foi uma das cidades mais atingidas no início da pandemia no país, chegando a ser a terceira capital do Brasil com maior número de óbitos proporcionalmente ao número de habitantes (ORELLANA *et al.* 2020). Como medidas sanitárias, o governo estadual e a prefeitura editaram uma série de ordenanças restringindo serviços públicos, comércio, indústria e meios de transporte durante os meses de março, abril e maio/2020. Ainda que o índice de adesão à quarentena tenha sido baixo, as mudanças foram suficientes para agravar as já precárias condições de subsistência dos/as venezuelanos/as que viviam majoritariamente de trabalhos informais e prestação esporádica de serviços (a chamada “diária”) (VASCONCELOS e ALMEIDA SANTOS, 2020).

Com o advento da pandemia de Covid-19, as condições de trabalho já precárias dos/as migrantes tornaram-se ainda piores. A maioria dos/as migrantes e refugiados/as em Manaus estão no mercado de trabalho informal, principalmente em dois segmentos econômicos: serviços (diaristas, manicures, cabeleireiros, barbeiros, pedreiros entre outros) e comércio ambulante (vendedor de frutas, verduras, água, bolos, salgados, café, picolés, entre outros); esses setores foram os mais afetados pela pandemia, devido ao isolamento social imposto como medida para evitar ou minimizar a transmissão do vírus.

A habitação e a segurança alimentar foram outros grandes desafios. A restrição de circulação nas ruas tornou impossível a subsistência de muitas famílias que tinham como principal fonte de renda o “trabalho de rua” – entendido aqui como o trabalho informal e livre, em ponto fixo ou ambulante, realizado no espaço das ruas⁶. Sem renda para manter o pagamento de aluguéis, houve o aumento no número de despejos e, conseqüentemente, do crescimento de migrantes em situação de rua ou retornando para os abrigos e centros de acolhimento.

O contexto de moradia de grande parte dos/as migrantes venezuelanos/as, anterior à pandemia, também pode contribuir como um agravante de risco para circulação de organismos causadores de doenças respiratórias, como o vírus SARS-CoV-2. As habitações em locais insalubres e com pouca ventilação não permitem o atendimento mínimo dos critérios sanitários de prevenção contra a Covid-19. Associadas ao forte calor do clima tropical amazônico, que dura o ano inteiro, as restrições dos espaços residenciais já faziam com que grande parte dos/as migrantes ficassem nas ruas como forma de fugir das altas temperaturas no interior das habitações. Parte desse contingente vivia nas chamadas Casas de Vecindad, expressão utilizada para se referir aos antigos sobrados situados na região central da cidade que foram transformados numa espécie de pensão onde se alugam quartos. Os aluguéis incluem o custo da água e luz. As Casas de Vecindad são compartilhadas por distintas famílias. Os quartos foram transformados em pequenas moradias. Ainda havia aqueles/as que foram pegos de surpresa pelo sistema de locação com regime de pernoite: alugavam quartos que ficam disponíveis no fim do dia e no início da manhã seguinte. Paradoxalmente, para parte significativa de venezuelanos/as a rua, mesmo com possibilidade de aglomeração, era ainda menos nociva à saúde que seus lares improvisados.

A demanda por abrigo, por sua vez, provocou aglomeração em espaços institucionais de acolhimento que já enfrentavam dificuldades em se adaptar às normas sanitárias. Isso provocou retrocesso nas ações governamentais: precisaram realocar migrantes em escolas e ginásios da cidade. Com poucos recursos para aquisição de alimentos/as, migrantes que vivem em residências alugadas ou em situação de rua relatam que a quarentena fez reduzir o número de refeições diárias. Algumas vezes, adultos deixam de comer para suprir a fome das crianças.

No âmbito da educação, crianças e adolescentes têm dificuldades de acompanhar as aulas remotas por meio da TV em canal aberto ou pela internet promovidas pela rede estadual e municipal de educação. A maioria das famílias de migrantes e refugiados/as não tem TV e não tem acesso à internet. Algumas escolas, como a Escola Municipal Valdir Garcia, localizada no bairro São Geraldo, conseguiram, por meio de campanha⁷, aparelhos de TV e chips de celular com internet e doaram para os/as alunos/as que não tinham como acompanhar as aulas remotas. No entanto, iniciativas como essas são casos isolados, a grande maioria das escolas de Manaus não oferecem meios para que crianças e adolescentes acompanhem as aulas de forma remota.

Com relação à saúde, os/as migrantes e refugiados/as sofreram junto com a comunidade local os impactos do colapso do sistema de saúde, com leitos de hospitais lotados e unidades de tratamento intensivo operando fora do limite. Se não bastasse isso, muitos migrantes que foram infectados/as mencionaram ter tido medo de buscar as unidades de saúde e serem discriminados/as ou maltratados/as. Alguns ficaram doentes em casa sem ter acesso aos cuidados necessários. Não foi possível saber quantos migrantes e refugiados/as foram atendidos/as nas unidades de saúde, vítimas da Covid-19, pois a notificação não registra a nacionalidade ou *status* migratório da pessoa. Obstáculo também apontado por Pereira (2020) na análise das condições de migrantes e refugiados em São Paulo durante a pandemia.

O acesso ao auxílio emergencial foi um processo demasiado complexo para os/as migrantes por vários fatores. No primeiro momento, foi marcado pela própria dúvida se na condição de migrantes poderiam ter acesso à política emergencial. Como “de fora” ou “cidadão de segunda classe” são vistos e acabam introjetando a condição de subgente no território onde as pessoas nativas do lugar são as que têm direitos (VASCONCELOS, 2018, p. 144). Isso postergou a busca e, conseqüentemente, o recebimento do benefício.

Embora o auxílio emergencial não discriminasse a nacionalidade, os mecanismos de acesso não foram facilitados para os/as não nacionais. O formulário e as orientações para cadastro estão disponíveis apenas em português o que dificultou a autonomia de preenchimento para muitos/as migrantes. O SPM-M realizou a tradução das orientações e do formulário e encaminhou por meio de aplicativo de celular como forma de auxílio no preenchimento. Quando finalmente conseguiam realizar o cadastro e aprovação, tinham dificuldades de se planejar com relação aos pagamentos, pois o auxílio não obedecia a uma constância sequenciada, isto é, não era mensal ou bimestral. Por outro lado, as despesas com aluguel, alimentação, energia elétrica, água, obedeciam a uma sequência regular e exigiam recursos. Isso culminou na inserção dos/as migrantes em toda sorte de atividades de geração de renda, submetendo-os a condições de trabalho ainda mais precárias e riscos à saúde. Além de casos de fraudes nas contas dos/as migrantes e refugiados/as que, quando iam receber o auxílio emergencial, este já havia sido transferido para outra conta ou mesmo sacado.

Mesmo com a promulgação de legislações⁸ que impediam despejos e corte de energia elétrica durante o auge da pandemia, os/as migrantes venezuelanos/as não encontravam espaço na economia moral das dídivas para interpor reclamações referentes ao que lhes é dado e violado (RUI, 2012).

A fronteira Brasil/Venezuela, fechada durante a pandemia, não impediu o deslocamento de pessoas na região. Ao contrário do que argumenta Figueira e Figueiredo (2020), o fluxo na fronteira não passou a ser inexistente, apenas o trajeto foi modificado. O *camino verde*⁹ continuou promovendo a circulação das pessoas. Aspecto relatado por migrantes que trabalham em Manaus e solicitam ajuda em avenidas de grande circulação na cidade. A diferença atualmente é que, sem o controle oficial na fronteira, a recepção dos/as migrantes, em virtude da suspensão das atividades desenvolvidas nos Posto de Identificação e Recepção-PIR e do Posto de Triagem-PETRIG da Operação Acolhida, fez com que venezuelanos/as chegassem a Manaus indocumentados/as e alijados/as de qualquer direito. A estrutura que também oferecia atendimentos de saúde foi transferida para Boa Vista no período da pandemia. As medidas sanitárias se restringiram a impedir a circulação de pessoas, mas nada ou pouca coisa foi realizada para sensibilizar e atender a população que continuou se deslocando na fronteira.

Com a pandemia por Covid-19, o Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Manaus precisou refazer suas estratégias de acolhimento aos migrantes: a Casa do Migrante Beato João Batista Scalabrini, localizada no bairro Santo Antônio, zona oeste da capital amazonense, já estava fechada desde dezembro de 2019 para reforma, mas a Casa do Migrante Madre Assunta, no bairro Monte das Oliveiras, zona norte da cidade, precisou ser adaptada à nova realidade. Entradas na casa foram interrompidas até meados de junho, os antigos moradores entraram em quarentena e, como medida de proteção e segurança, precisaram ficar dentro do abrigo sem contato com ninguém de fora. A gestão do abrigo pelas missionárias scalabrinianas, nos primeiros meses de pandemia, foi conduzida à distância, pois a maioria delas se encontram na faixa etária considerada grupo de risco para a Covid-19. Os alimentos, os materiais de limpeza e higiene eram deixados no portão principal e os moradores então os recolhiam, não era permitida a entrada de visitantes. Não temos ainda informes sobre os impactos que a ausência das irmãs pode ter ocasionado, mas sabemos que a sua presença no local, anteriormente, era imprescindível para conciliar conflitos e delegar responsabilidades de manutenção do espaço.

A Casa de Apoio às Crianças Filhas de Migrantes São Geraldo, localizada no bairro São Geraldo, zona centro-sul de Manaus, interrompeu suas atividades em 21 de março e ainda não retornou. Contudo, as famílias recebem apoio com alimentos, fraldas, materiais de higiene e limpeza, além de orientações e informações para prevenção à Covid-19, acesso à rede de saúde e acesso ao auxílio emergencial. Os atendimentos nos pontos de referência da Pastoral que

são a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, no centro da cidade, e a Paróquia São Geraldo, bairro São Geraldo, foram interrompidos em 21 de março, voltando de forma limitada aos casos mais urgentes em junho.

Em 26 de Março, vislumbrando as dificuldades que os/as migrantes e o povo de rua iriam enfrentar ao longo do período de pandemia, o SPM-M, a Pastoral do Povo de Rua e a Caritas Arquidiocesana, com apoio do Ministério Público do Trabalho-MPT, iniciaram a campanha “Puxirum Manauara” com o objetivo de arrecadar alimentos, produtos de higiene e limpeza, bem como roupas e máscaras de proteção¹⁰. Em abril, a Pastoral dos Migrantes intensificou as visitas domiciliares, tendo em vista a impossibilidade de os/as migrantes se deslocarem até os pontos de acolhimento e atendimentos. Os agentes da pastoral, que estavam fora do grupo de risco, se dispuseram a ir nas residências dos/as migrante, levando alimentos, orientação e informação quanto às medidas preventivas à Covid-19 e também informações quanto ao cadastro para receber o auxílio emergencial.

A maioria das atividades promovidas pela Pastoral dos Migrantes passaram a ser via internet, diferentemente do que ocorria anteriormente à pandemia. O ponto positivo desta mudança foi a interação com as diversas realidades espalhadas pelo Brasil. Por outro lado, a oferta reduzida de atendimento presencial tornou-se uma dificuldade a mais para os/as migrantes que têm acesso limitado à internet.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale dizer que a pandemia não criou desigualdades, mas tornou-as mais evidentes. A Covid-19 chegou como novidade, mas as diversas fraturas que ela expõe não são exatamente novas para a população amazonense, incluindo os/as migrantes venezuelanos/as. Há anos, famílias numerosas se abrigam em locais pequenos, sem ventilação adequada e sem saneamento básico. Há quase trinta anos, o Serviço Pastoral do Migrante em Manaus e outras organizações não governamentais atuam com as populações socioeconomicamente vulneráveis para suprir as ausências e deficiências governamentais no tocante à promoção dos direitos básicos como alimentação, moradia e saúde.

Chegados/as de um outro país, refugiados/as de um colapso político-econômico, os/as venezuelanos/as são enredados/as na realidade brasileira, ocupando no país de destino o andar de baixo na chamada “pirâmide econômica”. O processo migratório venezuelano é mundialmente identificado e debatido como fruto de múltiplos fatores políticos, econômicos e sociais. Consequentemente, é visto e percebido de diferentes formas na esfera política internacional. O deslocamento venezuelano para o Brasil, embora não seja numericamente expressivo, comparado a outros países da América Latina como Colômbia,

Peru e Equador, não pode ser desprezado. Marcado predominantemente pelo deslocamento terrestre e de pessoas com poucos recursos para manutenção da sobrevivência, guarda suas peculiaridades e deve ser problematizado.

Manaus, dentro desse contexto, era vista tanto pelos/as migrantes quanto pelos/as agentes estatais como uma cidade com potencial de incorporação ao mercado de trabalho, bem como *hub* para novos deslocamentos até outras cidades brasileiras e mesmo para outros países. A “interiorização”, entre outros objetivos, visava reduzir a incômoda notoriedade da presença venezuelana pelas ruas e praças de Boa Vista/RR. A transferência de cidade, contudo, não é certeza de melhoria nas condições socioeconômicas dos/as migrantes. Uma vez diluídos/as na metrópole amazônica, os/as milhares de venezuelanos/as foram (des)integrados/as aos inúmeros problemas socioambientais da capital amazonense. Isso não revela apenas as especificidades da realidade migratória venezuelana face ao mercado de trabalho manauara, mas também dá novas evidências sobre as debilidades e fragilidades da política migratória brasileira, marcada pela provisoriedade e ausência de soluções duradouras, apontadas por diferentes autores/as (HAMID, 2012; VASCONCELOS, 2020; SILVA, 2017).

Constata-se que essa “antipolítica pública”, caracterizada pelo não comprometimento governamental (VASCONCELOS, 2020), contribui de forma significativa para o aprofundamento das vulnerabilidades daqueles/as estrangeiros/as que chegam ao país com poucos meios de custear a própria sobrevivência. É justamente na fragilidade ou mesmo ausência do aparato governamental que as organizações da sociedade civil exercem o seu protagonismo. O espalhamento da Covid-19 é ilustrativo de como novas demandas apresentadas por parte da população migrante provocaram uma renovada mobilização coletiva das/os colaboradoras/es da Pastoral do Migrante em Manaus tendo em vista cumprir desígnios de fé e o compromisso com uma causa cristã, reagindo à falta de comprometimento das autoridades locais.

As ONGs atuam na brecha deixada pela não incidência de políticas governamentais para atender a emergência do acolhimento aos/às migrantes. Paradoxalmente, tal presença fortalece um descomprometimento cada vez maior das autoridades eleitas, num processo de terceirização de funções governamentais levado a cabo de modo acríptico por grande parte dos colaboradores dessas organizações. Ações simples como registro de nacionalidade na notificação das pessoas infectadas com a Covid-19 e a tradução das orientações e dos formulários em língua estrangeira já fariam uma grande diferença. Mas o que se percebe são tentativas recorrentes do Estado brasileiro em forjar uma hospitalidade oficial, vendida como exemplar em âmbito internacional, mas que não faz outra coisa senão desintegrar os migrantes internamente em meio às mazelas socioeconômicas do país (HAMID, 2012). Como acolher, promover e integrar sob essas condições?

NOTAS

¹ Na ocasião, o Papa cita esse trecho evangélico “cada forasteiro que bate à nossa porta é ocasião de encontro com Jesus Cristo, que Se identifica com o forasteiro acolhido ou rejeitado de cada época (cf. *Mt* 25, 35.43)”, como fundamento para mobilizar os cristãos à acolhida dos/as migrantes.

² Sobre dados quantitativos na migração venezuelana na América Latina consultar: SELEE *et al.* (2019); DOOCY *et al.* (2019); CASTRO QUISPE, (2019), RAMIREZ, (2019).

³ A Operação Acolhida, coordenada pela Força-Tarefa Logística Humanitária do Exército Brasileiro, é um desdobramento das ações do Comitê Federal de Assistência Emergencial aos migrantes venezuelanos, implantado em fevereiro de 2018. Envolve 16 órgãos federais e agências da ONU. Está sustentada em três pilares: ordenamento de fronteira (documentação, triagem sanitária e auxílio emergencial), abrigo (dormitório, alimentação e atenção à saúde) e interiorização (transferência para outras cidades).

⁴ No dia 29 de setembro de 2019, o Papa Francisco publicou uma mensagem em comemoração ao Dia Mundial do Migrante e do Refugiado. No documento, o pontífice conclama os/as fiéis católicos/as a se interessarem em ajudar migrantes e refugiados vulneráveis como um convite a recuperar algumas dimensões essenciais da existência cristã e humanitária. Disponível em: <https://migrants-refugees.va/wp-content/uploads/2019/11/Mensagem-DMMR-2019_PT.pdf> . Acessado em: 04/07/2020. Além desta mensagem, existem inúmeros documentos expedidos pelo Vaticano com diretrizes e instruções sobre o acolhimento de migrantes e refugiados. Disponível: <<https://migrants-refugees.va/wp-content/uploads/2019/11/Rifugiati-2013-PORT.pdf>> . Acessado: 04/07/2020.

⁵ Tradicionalmente ocupantes do estuário do rio Orinoco, os Warao foram deslocados de seu território em décadas passadas pelos grandes projetos de desenvolvimento (hidrelétrica, mineração, portos). Inicialmente, chegaram a Caracas e à fronteira com a Colômbia (Castro, 2000, p. 79). Com a crise em Caracas e o aumento de restrições na fronteira com a Colômbia, o movimento se voltou para o Brasil.

⁶ A expressão ‘trabalhador de rua’ é considerada como a forma mais simples de traduzir e remeter ao significado que se quer passar, de alguém que exerce uma atividade laboriosa nas ruas para dela tirar o seu sustento. Além disso, consideramos a expressão importante também por reforçar que se trata de um trabalhador, ainda que a atividade realizada por ele seja precarizada, desprovida de direitos trabalhistas e o deixe em uma condição de vulnerabilidade, uma vez que são grandes as incertezas no que se refere à obtenção de rendimentos reais no final do mês. O termo nos parece também mais abrangente, pois pode ser utilizado tanto para aqueles que possuem pontos transitórios, quanto para aqueles que possuem pontos fixos de trabalho. É importante salientar também que há uma grande diversidade nas formas de se referir a esse trabalho, cujo entendimento não é uniforme entre os próprios trabalhadores de rua” (BOUÇAS, 2015, pp.21-22).

⁷ https://www.catarse.me/alunos_de_manaus_precisam_de_voce_0112?ref=project_link

⁸ Lei Ordinária nº. 5.143, de 26/03/2020, “Proíbe que as concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica realizem o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento, em situações de extrema gravidade social, incluindo pandemias”; Lei 14.010/20- proibição de despejo de inquilinos.

⁹ Expressão utilizada pelos venezuelanos/as para se referir à rota que desvia da fiscalização de postos da Polícia Federal em Pacaraima.

¹⁰ Puxirum, em língua tupi, significa mobilização, mutirão.

REFERÊNCIAS

- BOUÇAS, R. L. J. **No olho da rua**: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Salvador: UFBA, 2015.
- BUTLER, J. Vida precária. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFScar, n.1, 2011. p. 13-33.
- CARVALHO, J. J. Poder e silenciamento na representação etnográfica. **Série Antropologia**, 316. Brasília, 2002.
- CASTRO, A. A. G. Mendicidade indígena: Los Warao Urbanos, in **Boletín Antropológico, Centro de Investigaciones Etnológicas**. Museo Arqueológico, Universidad de Los Andes, Mérida, 2000.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Brasília: **Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais**, 2014.
- CASTRO Q. L. C. . **La migración masiva venezolana en el Perú y las políticas públicas migratorias**. Disponível em http://www.repositorioacademico.usmp.edu.pe/bitstream/usmp/5024/1/castro_qlc.pdf, acessado em setembro de 2019.
- DOOCY, S.; PAGE, K. R., de la H.. F.; SPIEGEL, P., & BEYRER, C. Venezuelan Migration and the Border Health Crisis in Colombia and Brazil. **Journal on Migration and Human Security**, 2019. (FGV, 2020).
- FERREIRA, S. M. P.; BOTELHO, L. O emprego industrial na Região Norte: o caso do Polo Industrial de Manaus. **Estud. av.** vol.28 no.81 São Paulo May/Aug. 2014.
- FREITEZ, A. La emigración desde Venezuela durante la última década. **Temas de Coyuntura (Ve)**. Caracas, Venezuela, vol. 63, p.11-38, jul. 2011.
- GODI, P. Igreja: A casa da misericórdia. In: MONTANDON, Alain (org.). **O livro da hospitalidade**: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. São Paulo: Editora Senac, 2011. pp. 1051-1078

- HAMID, S. **(Des)Integrando refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2012.
- LANDIM, L. **A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome.** Tese de Doutorado Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1993.
- LEVITT, P. **The transnational villagers.** Los Angeles: University of California Press, 2001.
- ORELLANA, J. D. Y.I; CUNHA, G. M.; MARRERO, L.; HORTA, B. L.; LEITE, I. C. Explosão da mortalidade no epicentro amazônico da epidemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, 2020.
- PAEZ, T. & VIVAS, L. The Venezuelan Diaspora: Another Impending Crisis? **Freedom House Special Report**. Abril, 2017.
- PAIVA, V. A igreja moderna no Brasil. In PAIVA, V. (org.). **Igreja e questão agrária.** São Paulo: Edições Loyola. 1985.
- PEREIRA, A. B. Imigrantes, refugiados e o coronavírus: notas para reflexão. **Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus**, n. 66, junho de 2020. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n66.pdf> .
- RAMÍREZ, J.; LINARES, Y. e USECHE, E. (Geo)Políticas Migratorias, Inserción Laboral y Xenofobia: Migrantes Venezolanos en Ecuador. In: BLOUIN, Cécile. **Después de la Llegada.** Realidades de la migración venezolana. Lima (Perú): Themis-PUCP, 2019.
- ROSA, R. S. A nova cidadania do cristianismo: da tutela à imersão. Uma hermenêutica antropológico-pastoral. **Estudos de Religião**, Ano XXI, n. 32, 77-95, jan/jun 2007.
- RUI, T. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção.** São Paulo: Terceiro Nome, 2014, 400p.
- SELEE, A.; BOLTER, J.; BETILDE, M. P, and HAZAN, M. 2019. Creativity amid Crisis: Legal Pathways for Venezuelan Migrants in Latin America - Colombia. **Migration Policy Institute**. Acessado 15 de maio de 2019. <https://reliefweb.int/report/colombia/creativityamid-crisis-legal-pathways- venezuelan-migrants-latinamerica>
- SUBERO, C. Así ha cambiado la emigración del venezolano desde 2013. **FUNINDES-USB**, Caracas: jan. 2017. Disponível em: <<https://usbnoticias.info/post/49264>> . Acesso em: jan. 2018.
- SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998
- SILVA, Sidney. Acolhida. in CAVALCANTI, Leonardo *et al* (org.). **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais.** Brasília: Editora UnB, 2017. pp. 40-45

VASCONCELOS, I. S. Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas nos abrigos para venezuelanos solicitantes de refúgio em Boa Vista-RR. In MACHADO, Igor (org.). **Etnografias do refúgio no Brasil**. São Carlos: EdUFSCAR, 2020, pp. 147-166.

_____. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília: v. 26, n. 53, ago. 2018, p. 135-151

_____.; ALMEIDA SANTOS, S. M. de. A oleada venezuelana: acolhimento de migrantes e pandemia em Manaus. **Cadernos de Campo** (São Paulo, online) | vol.29, (suplemento), p.94-104 | USP 2020

VAZQUEZ, G. E. An Evaluation of Brain Drain in the Case of the Venezuela's Petroleum Company, Petroleos de Venezuela S. A. (PDVSA). **Open Access Theses**, 363. 2012. Disponível em <http://scholarlyrepository.miami.edu/oa_theses/363> .

RESUMO

O artigo reflete sobre os desafios postos ao Serviço Pastoral dos Migrantes-SPM no acolhimento, proteção, promoção e integração de migrantes venezuelanos/as na cidade de Manaus, capital do Amazonas, no contexto da pandemia de COVID-19. Tomando por base as demandas apresentadas pelos/as migrantes venezuelanos/as ao SPM, a intenção é discutir o agravamento das suas vulnerabilidades com a chegada do novo coronavírus (SARS-CoV-2), tendo em vista que as políticas governamentais emergenciais brasileiras não consideram suas especificidades. Num primeiro momento, apresentamos um breve panorama do processo migratório venezuelano em âmbito internacional e descrevemos o recente fluxo para o Brasil por via terrestre, especialmente o crescente deslocamento para a cidade de Manaus. Em seguida, descrevemos o protagonismo do SPM no estado do Amazonas e suas frentes de atuação junto a diferentes populações migrantes. Num terceiro momento, por meio da sistematização das dificuldades apontadas por venezuelanos/as no contexto da pandemia, refletimos sobre os desafios colocados para a concretização dos objetivos da Pastoral dos migrantes: acolhimento, proteção, promoção e integração desses migrantes. Por fim, fazemos um balanço da presença de organizações não governamentais atuando nas brechas deixadas pela fragilidade ou mesmo pela ausência de políticas governamentais para as migrações.

Palavras-chave: COVID-19; Pastoral do Migrante; Manaus; Venezuelanos/as

ABSTRACT

The article reflects on the challenges posed to the Pastoral Care for Migrants in welcoming, protecting, promoting and integrating Venezuelan migrants in the city of Manaus, capital of Amazonas state, Brazil, in the context of the COVID-19 pandemic. Based on the demands presented by Venezuelan migrants to the Pastoral Care, the intention is to discuss the deepening of their vulnerabilities with the arrival of the new coronavirus (SARS-CoV-2), considering that Brazilian governmental policies do not consider their specificities. At first, we present a brief overview of the Venezuelan migratory process at the international level and describe the recent flow to Brazil by land, especially the increasing displacement to Manaus. Then, we describe the role of the Pastoral Care for Migrants in the state of Amazonas and its fronts of action with different migrant populations. In a third moment, through the systematization of the difficulties pointed out by Venezuelans in the context of the pandemic, we reflect on the challenges posed to the concretization of the Pastoral Care's objectives: reception, protection, promotion and integration of these migrants. Finally, we take stock of the presence of non-governmental organizations working in the gaps left by the fragility or even the absence of governmental migration policies.

Keywords: COVID-19; Pastoral Care for Migrants; Manaus; Venezuelans